

RELATÓRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

1.º TRIMESTRE DE 2018

ÍNDICE

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL
2. ANÁLISE FINANCEIRA COMPARATIVA
3. ANÁLISE PLANO DE INVESTIMENTOS
4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”
5. BALANÇO
6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018
8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

Os Resultados Líquidos apurados no 1.º Trimestre de 2018, ascenderam a 926 mil euros, ou seja, 32,8% (+229 mil euros) superiores ao previsto para este período.

Unid: Euros				
	ORÇAMENTO MAR/2018	REAL MAR/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
RESULTADOS OPERACIONAIS	913.600	1.224.280	310.680	34,0%
RESULTADOS FINANCEIROS	2.250	8.902	6.652	295,6%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	915.850	1.233.181	317.332	34,6%
IMPOSTOS	218.371	307.047	88.677	40,6%
RESULTADOS LÍQUIDOS	697.479	926.134	228.655	32,8%

Resultados Operacionais

No trimestre em análise, a atividade Operacional da APSS registou valores superiores ao orçamentado em 34% (+311 mil euros), justificado pelo decréscimo dos gastos operacionais (-9,8%; -491 mil euros).

- Gastos Operacionais

Os gastos com *“Fornecimentos e Serviços Externos”* apresentaram significativos decréscimos face ao previsto, nomeadamente, as rubricas de “Trabalhos Especializados” e “Conservação e Reparação”.

Na rubrica de *“Trabalhos Especializados”* e *“Conservação e Reparação”* foram previstos diversos trabalhos de natureza pontual, que ainda não se realizaram, e que justificam o diferencial apurado face ao estimado.

Contrariando a tendência de redução de gastos, está a rubrica da “Água” que regista, no período em análise, um acréscimo de 43,9% (+29 mil euros) comparativamente com os valores previstos para este período. A justificação para este aumento está relacionada com o atraso na passagem da gestão da cobrança de água para a Câmara Municipal de Sesimbra, que estava prevista ocorrer até final do ano de 2017, tendo apenas sido concluída em fevereiro do corrente ano.

A variação de 19% (+50 mil euros) registada na rubrica de “Outros Gastos e Perdas” está relacionada com a estimativa da quota-parte (5%) a entregar à DGRM e ao IMT. Ou seja, em termos reais o valor a entregar é calculado com base nos rendimentos efetivamente faturados (neste trimestre existe um acréscimo de faturação resultante das ocupações cujo modo de pagamento é anual), originando um diferencial face ao estimado, sendo que este diferencial tenderá a anular-se ao longo do exercício de 2018.

Através do quadro seguinte podem ser analisadas todas as variações face aos valores orçamentados para o período em apreço:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO MAR/2018	REAL MAR/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	810.470	530.833	-279.637	-34,5%
Trabalhos Especializados	185.618	57.369	-128.249	-69,1%
Publicidade e Propaganda	16.288	5.408	-10.879	-66,8%
Vigilância e Segurança	67.275	56.487	-10.788	-16,0%
Honorários	9.500	0	-9.500	-100,0%
Conservação e Reparação	162.800	65.835	-96.965	-59,6%
Ferramentas e Utensílios	1.250	574	-676	-54,1%
Livros e Documentação Técnica	775	634	-141	-18,2%
Material de Escritório	5.000	4.002	-998	-20,0%
Artigos para Oferta	1.500	153	-1.347	-89,8%
Electricidade	111.887	92.431	-19.456	-17,4%
Combustíveis	40.225	31.289	-8.936	-22,2%
Água	65.393	94.104	28.712	43,9%
Outros Flúidos	1.250	1.622	372	29,8%
Deslocações e Estadas	6.000	4.841	-1.159	-19,3%
Transp. Mercadorias/Pessoal	9.000	5.947	-3.053	-33,9%
Rendas e Alugueres	15.201	273	-14.928	-98,2%
Comunicações	15.735	12.175	-3.560	-22,6%
Seguros	9.250	11.123	1.873	20,2%
Contencioso e Notariado	7.500	320	-7.180	-95,7%
Despesas de Representação	2.500	548	-1.952	-78,1%
Limpeza/Higiene/Conforto	71.875	77.329	5.454	7,6%
Outros Fornecimentos e Serviços	4.650	8.366	3.716	79,9%
GASTOS COM PESSOAL	2.249.964	2.167.025	-82.939	-3,7%
GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	1.654.620	1.475.922	-178.697	-10,8%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	25.000	25.000	0	0,0%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	262.164	312.089	49.925	19,0%
GASTOS OPERACIONAIS	5.002.218	4.510.869	-491.349	-9,8%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	500	0	-500	-100,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	5.002.718	4.510.869	-491.849	-9,8%

- Rendimentos Operacionais**

Os Rendimentos Operacionais da APSS ficaram abaixo do valor orçamentado, para este período, em 3,1% (-181 mil euros), destacando-se o decréscimo de ganhos nas rubricas de “Taxas e Licenças” (-11,8%; -61 mil euros) e “Outros Rendimentos e Ganhos” (-6,1%; -67 mil euros).

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	ORÇAMENTO MAR/2018	REAL MAR/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.669.923	1.685.532	15.609	0,9%
TUP Navio	790.707	738.068	-52.639	-6,7%
Armazenagem	39.063	126.333	87.270	223,4%
Aluguer Equipamento	467	556	89	19,1%
Pilotagem	750.000	726.003	-23.997	-3,2%
Fornecimento Pessoal	6.058	6.944	886	14,6%
Estacionamento (TES)	3.773	5.921	2.148	56,9%
Outros	79.855	81.707	1.852	2,3%
TAXAS E LICENÇAS	518.329	457.178	-61.151	-11,8%
Taxas de Ocupação	411.124	378.639	-32.485	-7,9%
Licenças Diversas	34.648	12.636	-22.012	-63,5%
Náutica de Recreio	72.557	65.903	-6.654	-9,2%
CONCESSÕES	2.576.385	2.547.859	-28.526	-1,1%
Concessão Multiusos - Zona 1	481.798	481.803	5	0,0%
Concessão Multiusos - Zona 2	1.099.750	1.076.919	-22.831	-2,1%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	91.792	104.835	13.043	14,2%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	41.661	35.825	-5.837	-14,0%
Concessão Praias do Sado	62.408	56.675	-5.733	-9,2%
Concessão Autoeuropa	161.658	161.149	-509	-0,3%
Concessão Tanquisado	31.014	31.014	0	0,0%
Concessão Secil	158.215	165.983	7.768	4,9%
Concessão Teporset	163.763	163.420	-343	-0,2%
Concessão Uralada	19.167	0	-19.167	-100,0%
Concessão Portugália	7.577	7.553	-24	-0,3%
Concessão Docapesca	69.500	75.709	6.209	8,9%
Concessão Clube Naval Sesimbra	9.545	9.515	-30	-0,3%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	78.024	77.757	-267	-0,3%
Concessão Exporsado	1.577	1.815	238	15,1%
Concessão Atlantic Ferries	70.255	70.124	-130	-0,2%
Concessão Marina Tróia	7.801	7.990	188	2,4%
Concessão Artesanalpesca	9.056	8.536	-520	-5,7%
Concessão Marina Marbelha	11.273	11.238	-35	-0,3%
Concessão Marvellous Wave	550	0	-550	-100,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	25.000	0	-25.000	-100,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	30.000	15.362	-14.638	-48,8%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1.096.181	1.029.219	-66.962	-6,1%
RENDIMENTO OPERACIONAIS	5.915.818	5.735.149	-180.669	-3,1%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	2.750	8.902	6.152	223,7%
TOTAL RENDIMENTOS	5.918.568	5.744.051	-174.517	-2,9%

O decréscimo dos rendimentos com **“Serviços Portuários”** deveu-se à redução de rendimentos provenientes da TUP Navio (-6,7%; -53 mil euros) e da Taxa de Pilotagem (-3,2%; -24 mil euros), quando comparado com o valor estimado para este período.

Da análise ao quadro abaixo, constata-se que os valores reais de estatística ficaram abaixo das estimativas para o período em análise.

Indicadores de Actividade	ORÇAMENTO		REAL	VARIAÇÃO	
	2018	1.º TRIM/18	1.º TRIM/18		%
Mercadoria (Ton)	7.150.000	1.787.500	1.688.594	-98.906	-5,5%
N.º de Navios Act. Com. (Un.)	1.590	398	354	-44	-11,1%
Gross Tonn Nav.Act.Com. (GT)	25.292.000	6.323.000	5.353.331	-969.669	-15,3%

O rendimento resultante das **“Concessões Portuárias”** registou uma variação negativa de -1,45% (-34 mil euros) relativamente ao orçamentado para este período, onde se evidencia a concessão do *Terminal Multiusos – Zona 2*, com uma variação de -2,1% (-23 mil euros). A contribuir para esta variação negativa está o facto de ter terminado a Concessão Uralada (passou a Licença de Uso Privativo), levando a um decréscimo destes rendimentos de 19 mil euros.

Globalmente, as **“Concessões Não Portuárias”** registaram um acréscimo (+5 mil euros) face à estimativa para o 1.º trimestre de 2018, destacando-se a concessão da Docapesca, com um aumento de 8,9% (+6 mil euros) face ao estimado.

Os rendimentos com **“Taxas e Licenças”** registaram uma variação negativa de 11,8% (-61 mil euros) face ao valor orçamentado, salientando-se o decréscimo de rendimentos provenientes das taxas de ocupação (-7,9%; -32 mil euros) e da Licenças Diversas (-63,5%; -22 mil euros). Esta variação é, em parte, justificada pelo atraso na faturação de algumas licenças de ocupação, cujo montante ascende a 42 mil euros, para o período em análise.

Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros registaram um valor superior ao orçamentado em 6 mil euros.

2. ANÁLISE COMPARATIVA REAL 2018/REAL 2017

A Conta de Exploração do 1.º Trimestre de 2018 foi sujeita a determinados ajustamentos extra-contabilísticos (como por ex. Amortizações, Subsídios ao Investimento, Gastos com Pessoal), que visam o cumprimento do Princípio Contabilístico da Especialização das perdas e dos ganhos.

Com a adoção de uma política contabilística concertada com as demais administrações portuárias no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação de bens adquiridos ou construídos por concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente para a empresa no final dos respetivos contratos, a APSS considerou as infraestruturas portuárias construídas no âmbito das Concessões da Teporset e Atlantic Ferries, que irão reverter para a APSS no final do contrato de concessão.

Os *Resultados Líquidos da APSS*, no final do período em análise, atingiram o montante de cerca de 926 mil euros, ou seja, superiores em 33,1% face aos Resultados obtidos em igual período de 2017.

Com base nos valores obtidos, foram apurados os respetivos impostos (sobre o Rendimento e Diferido), no valor total de 307 mil euros.

Unid: Euros				
	REAL MAR/2017	REAL MAR/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
RESULTADOS OPERACIONAIS	908.950	1.224.280	315.330	34,7%
RESULTADOS FINANCEIROS	19.273	8.902	-10.371	-53,8%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	928.223	1.233.181	304.959	32,9%
IMPOSTOS	232.642	307.047	74.405	32,0%
RESULTADOS LÍQUIDOS	695.581	926.134	230.553	33,1%

Resultados Operacionais

Os Resultados Operacionais registaram um significativo acréscimo de 34,7% (+ 315 mil euros) face a igual período do ano de 2017.

Esta variação ficou a dever-se a um aumento dos rendimentos operacionais (+5 %; +272mil euros), destacando-se o aumento dos rendimentos dos Serviços Portuários e de algumas Concessões Portuárias e Não Portuárias. A diminuição dos gastos operacionais em 1% (+44 mil euros), nomeadamente, devido à redução dos gastos com Conservação e Reparação, Água e Gastos com Pessoal, veio reforçar a melhoria dos resultados operacionais face ao ano de 2017.

Ao analisar em pormenor as variações nas diversas rubricas de rendimentos e gastos, ocorridos no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017, salienta-se:

Gastos Operacionais

A diminuição dos Gastos Operacionais é justificada pelas rubricas de *Fornecimentos e Serviços Externos* (-11,2%; -67 mil euros) e *Gastos com Pessoal* (-0,6%; -14 mil euros).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL MAR/2017	REAL MAR/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	597.457	530.833	-66.624	-11,2%
Trabalhos Especializados	65.347	57.369	-7.978	-12,2%
Publicidade e Propaganda	3.363	5.408	2.045	60,8%
Vigilância e Segurança	62.964	56.487	-6.477	-10,3%
Honorários	268	0	-268	-100,0%
Conservação e Reparação	90.235	65.835	-24.400	-27,0%
Ferramentas e Utensílios	661	574	-87	-13,2%
Livros e Documentação Técnica	504	634	130	25,9%
Material de Escritório	4.213	4.002	-211	-5,0%
Artigos para Oferta	0	153	153	100,0%
Electricidade	93.981	92.431	-1.550	-1,6%
Combustíveis	38.966	31.289	-7.677	-19,7%
Água	127.548	94.104	-33.443	-26,2%
Outros Fluídos	647	1.622	976	150,8%
Deslocações e Estadas	4.675	4.841	167	3,6%
Transp. Mercadorias/Pessoal	5.756	5.947	191	3,3%
Rendas e Alugueres	335	273	-63	-18,7%
Comunicações	10.452	12.175	1.723	16,5%
Seguros	8.240	11.123	2.882	35,0%
Contencioso e Notariado	6.805	320	-6.484	-95,3%
Despesas de Representação	336	548	213	63,5%
Limpeza/Higiene/Conforto	67.873	77.329	9.456	13,9%
Outros Fornecimentos e Serviços	4.290	8.366	4.077	95,0%
GASTOS COM PESSOAL	2.180.924	2.167.025	-13.899	-0,6%
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	1.470.182	1.475.922	5.741	0,4%
PERDAS DE IMPARIDADE - DIVIDAS A RECEBER	25.142	25.000	-142	-0,6%
PROVISÕES	0	0	0	0,0%
OUTROS GASTOS E PERDAS	280.811	312.089	31.277	11,1%
	0			
GASTOS OPERACIONAIS	4.554.516	4.510.869	-43.647	-1,0%
GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	0	0	0	0,0%
TOTAL DE GASTOS E PERDAS	4.554.516	4.510.869	-43.647	-1,0%

✓ **Fornecimentos e Serviços Externos (-11,2%; -67 mil euros)**

A redução verificada na rubrica de gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, ficou a dever-se essencialmente, aos gastos com Conservação e Reparação e Água, que registaram um decréscimo de 27% (-24 mil euros) e 26,2%(-33 mil euros), face a igual período do ano de 2017, respetivamente.

A diminuição dos gastos com Água, deve-se à transferência para a Câmara Municipal de Sesimbra da gestão do fornecimento de água, aos utentes de Sesimbra. E assim sendo, a APSS deixa de suportar os gastos com Água referentes aos consumos dos utentes do porto, e consequentemente também deixará de receber os correspondentes rendimentos. Esta mudança passou a ter efeitos a partir de 1 de março de 2018.

✓ **Outros Gastos e Perdas (+11,1%; +31 mil euros)**

O acréscimo de gastos nesta rubrica está relacionado com o montante a entregar ao IMT e DGRM relativo à quota-parte (5%) dos rendimentos operacionais (excluindo a Taxa de Pilotagem), ou seja, o acréscimo dos rendimentos operacionais reflete-se diretamente num aumento desta natureza de gastos.

Rendimentos Operacionais

Com vista ao cumprimento do Princípio da Especialização foram realizados, neste período, ajustamentos ao nível dos rendimentos resultantes de Taxas e Licenças e Concessões, pela afetação dos correspondentes duodécimos já que a faturação corresponde, na sua maioria, ao ano completo.

✓ **Serviços Portuários (+20,4%; +286 mil euros)**

Em termos estatísticos, a movimentação portuária no trimestre em análise face a igual período do ano de 2017 é a seguinte:

ATIVIDADE PORTUÁRIA	MARÇO/2018	MARÇO/2017	VAR.18/17
MOVIMENTAÇÃO MERCADORIAS (Ton)	1.688.594	1.705.973	-1,0%
N.º NAVIOS (em ativ.comercial)	354	355	-0,3%
Total GT (1.000 Ton)	5.353.331	5.178.683	3,3%

Com exceção do indicador Total GT, que registou um aumento de 3,3%, os restantes indicadores apresentam ligeiros decréscimos face a igual período de 2017.

O decréscimo dos indicadores portuários, face ao período homólogo de 2017, não teve reflexos diretos ao nível dos respetivos rendimentos, nomeadamente a TUP Navio e Taxa de Pilotagem.

No caso da TUP Navio, verificou-se um aumento de 10,9% (+72 mil euros) face a 2017, apesar do n.º navios registado ter sofrido uma quebra de 0,3%. Este facto está relacionado com:

- um prolongamento da estadia dos navios em porto, refletindo-se num aumento da TUP Navio – Restantes Períodos;
- o efeito da redução dos descontos atribuídos à Linha Regular, atinge um montante na ordem dos 50 mil euros;

Os rendimentos provenientes da Taxa de Pilotagem registaram um acréscimo de 3,3% (+23 mil euros), comparativamente com o 1.º trimestre de 2017, cuja justificação é:

- o aumento do n.º de manobras de mudança em 2018 face a igual período de 2017;
- a redução dos descontos atribuídos à Linha Regular, cujo efeito já se fez sentir no 1.º trimestre comparativamente com o ano de 2017.

Os rendimentos resultantes da Armazenagem registaram um significativo acréscimo (+117 mil euros) face a igual período de 2017, devido à conjugação de dois fatores: o aumento da movimentação de carga Roll-on Roll-off neste período (+37,1%), e o atraso na emissão da faturação, em 2017, devido à implementação da JUPII/FUP.

✓ **Concessões (+1,1%; +27 mil euros)**

Em termos globais, as *Concessões Portuárias* registaram um decréscimo de 0,2% (-5 mil euros) face a igual período de 2017. Esta variação resultou, essencialmente, da *Concessão Multiusos – Zona 2*, que em termos de movimentação portuária teve um decréscimo de 7,1%, refletindo-se numa diminuição dos rendimentos de 1,6% (-18 mil euros). Também o facto da Concessão Uralada ter terminado no final de 2017, e a nova ocupação passar a ser uma Licença de Uso Privativo, refletiu-se num decréscimo de 19 mil euros nesta natureza de rendimentos.

Pela positiva, salienta-se a *Concessão Autoeuropa*, com um acréscimo dos rendimentos de 23,7% (+31 mil euros), que se deve ao aumento da área de ocupação do terminal de 60.000 para 100.000 metros quadrados, com efeitos a partir de 01/10/2017.

As *Concessões não Portuárias* registaram um aumento de 13,6% (+32 mil euros) comparativamente com idêntico período de 2017.

Sendo que este aumento se deve, maioritariamente, às Concessões da Marina Marbella e Portugalía. No entanto é de referir que na origem deste acréscimo está o facto de, devido a questões de natureza contratual, não ter sido emitida qualquer faturação no 1.º trimestre de 2017, relativamente a estas concessões.

✓ **Outros Rendimentos e Ganhos (-7,4%; -82 mil euros)**

A diminuição de rendimentos registada nesta rubrica, ficou a dever-se ao recebimento, em janeiro de 2017, do montante de 82 mil euros, referente à quota-parte do investimento realizado no âmbito do projeto PIPE.

Resultados Financeiros

O decréscimo de rendimentos desta natureza, deve-se à contínua redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP, comparativamente com períodos anteriores.

Unid: Euros

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL MAR/2017	REAL MAR/2018	DIF. (R18-R17)	% (R-R)
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	1.399.568	1.685.532	285.964	20,4%
TUP Navio	665.540	738.068	72.528	10,9%
Armazenagem	9.401	126.333	116.932	1243,9%
Aluguer Equipamento	18	556	538	2935,9%
Pilotagem	702.865	726.003	23.137	3,3%
Fornecimento Pessoal	5.405	6.944	1.540	28,5%
Estacionamento (TES)	2.466	5.921	3.455	140,1%
Outros	13.873	81.707	67.834	489,0%
TAXAS E LICENÇAS	426.580	457.178	30.597	7,2%
Taxas de Ocupação	348.996	378.639	29.643	8,5%
Licenças Diversas	11.675	12.636	961	8,2%
Náutica de Recreio	65.909	65.903	-6	0,0%
CONCESSÕES	2.520.598	2.547.859	27.260	1,1%
Concessão Multiusos - Zona 1	489.592	481.803	-7.788	-1,6%
Concessão Multiusos - Zona 2	1.094.583	1.076.919	-17.664	-1,6%
Concessão Sapec Granéis Sólidos	92.878	104.835	11.957	12,9%
Concessão Sapec Granéis Líquidos	40.758	35.825	-4.934	-12,1%
Concessão Praias do Sado	55.352	56.675	1.323	2,4%
Concessão Autoeuropa	130.266	161.149	30.883	23,7%
Concessão Tanquisado	39.489	31.014	-8.475	-21,5%
Concessão Secil	159.810	165.983	6.173	3,9%
Concessão Teporset	161.099	163.420	2.321	1,4%
Concessão Uralada	18.808	0	-18.808	-100,0%
Concessão Portugália	0	7.553	7.553	100,0%
Concessão Docapesca	71.622	75.709	4.087	5,7%
Concessão Clube Naval Sesimbra	9.386	9.515	129	1,4%
Concessão Lallemand (ex-Mauri)	76.699	77.757	1.058	1,4%
Concessão Exporsado	0	1.815	1.815	100,0%
Concessão Atlantic Ferries	64.824	70.124	5.301	8,2%
Concessão Marina Tróia	7.014	7.990	975	13,9%
Concessão Artesanalpesca	8.420	8.536	116	1,4%
Concessão Marina Marbelha	0	11.238	11.238	100,0%
Concessão Marvellous Wave	0	0	0	0,0%
TRABALHOS P.P. EMPRESA	0	0	0	0,0%
REVERSÕES DE AJUSTAMENTOS	5.141	15.362	10.221	198,8%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	1.111.579	1.029.219	-82.360	-7,4%
RENDIMENTOS OPERACIONAIS	5.463.466	5.735.149	271.683	5,0%
JUROS, DIVID. E OUT. REND. SIMILARES	19.273	8.902	-10.371	-53,8%
TOTAL RENDIMENTOS	5.482.739	5.744.051	261.312	4,8%

3. ANÁLISE DO PLANO DE INVESTIMENTOS

A realização financeira do Plano de Investimentos no final do período em análise atingiu o montante 288 mil euros, que corresponde a 0,9% do valor orçamentado para o corrente ano.

Dos investimentos realizados neste período, destacam-se os seguintes:

- Conclusão, em janeiro de 2018, da empreitada “Pinturas do pavimento e pavimentação na área de expansão a jusante do Terminal RoRo – Coelho da Mota”;
- Aquisição de duas viaturas para a frota automóvel da APSS, em substituição de igual número de viaturas, no valor de 67 mil euros;
- Aquisição de boias de sinalização para o Canal Norte, com um investimento de 22 mil euros;
- Realização da empreitada de “Pintura Exterior do Edifício do Mercado de 2.ª venda”, com um investimento, no período em análise, de 100 mil euros;
- Empreitada de “Execução de frente acostável e estacionamento de embarcações marítimo-turísticas, na Doca dos Pescadores”, no valor de 31 mil euros.

PROJECTOS	2018	mar-18
PORTO COMERCIAL: LOGÍSTICA PORTUÁRIA		
Melhoria dos Acessos Marítimos ao porto de Setúbal	25.592.000	
Requalificação de Infraestruturas e acessos aos Terminais RO-RO e TMS2	1.885.000	57.918
Modernização das linhas férreas na área de jurisdição da APSS	50.000	
Melhoria dos acessos ferroviários à zona central do porto	175.000	
Sistema de Informação Portuário	1.152.110	10.492
AMBIENTE E SEGURANÇA		
Melhoria da Eficiência Energética	261.000	
Lancha de Pilotagem	650.000	
Equipamento de Transporte	11.000	66.570
Melhoria do Assinalamento Marítimo	15.000	22.296
PORTO DE PESCA		
Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-lota)	355.000	99.659
Reabilitação do Edifício dos Cacifos para aprestos marítimos	200.000	
Ordenamento da Doca dos Pescadores de Setúbal	192.000	30.608
Ordenamento do porto de Sesimbra	300.000	
Construção da Ponte-Cais n.º 4 - Porto de Sesimbra	30.000	
PORTO-CIDADE		
Reabilitação na frente ribeirinha	660.000	
Reabilitação da Doca de Recreio das Fontainhas	337.000	
Remodelação dos Edifícios da Autoridade Portuária	253.000	
OUTROS INVESTIMENTOS	348.000	611
TOTAL	32.466.110	288.153

4. PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”

Tendo como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços praticados por entidades públicas, foi aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 14 de fevereiro, o PROGRAMA “PAGAR A TEMPO E HORAS”. Este programa abrange serviços e fundos da administração direta e indireta do Estado, Regiões Autónomas, os municípios e empresas públicas, de acordo com diferentes regras e mecanismos.

De acordo com o definido no n.º 6 do Anexo à RCM n.º 34/2008 e alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, a evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores (PMP) da APSS é o seguinte:

PMP	30-06-2017	30-09-2017	31-12-2017	31-03-2018
Prazo Médio de Pagamentos	50	52	53	52

No trimestre em análise, o Prazo Médio de Pagamentos registou um ligeiro decréscimo de 1,9%, face ao trimestre anterior, correspondente a uma diminuição de um dia.

A APSS considera como crédito não reconhecido, toda a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, referente à taxa de saneamento, por a considerar indevida, não tendo intenção de a liquidar. Estando, no entanto, em análise a reclamação efetuada junto da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos. A esta dívida acresce também, como um crédito não reconhecido, o montante de 277 mil euros correspondentes às faturas não aceites de 2005 e 2006.

5. BALANÇO

		Unid.: Euros	
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-03-2018	31-12-2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos Intangíveis		219.771,84	232.539,00
Ativos fixos tangíveis		74.486.528,91	75.661.531,18
Clientes M/L Prazo		0,00	0,00
Outras Contas a Receber		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		1.003,98	900,12
Ativos por impostos diferidos		322.511,69	327.429,54
		75.029.816,42	76.222.399,84
Ativo corrente			
Inventários			
Clientes		2.108.216,53	2.373.164,54
Adiantamentos a fornecedores		590,00	590,00
Estado e outros entes públicos		17.247,42	42.437,74
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber		818.941,55	309.010,52
Diferimentos		2.157,93	66.780,71
Caixa e depósitos bancários		34.042.558,71	31.539.693,27
		36.989.712,14	34.331.676,78
Total do Ativo		112.019.528,56	110.554.076,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		15.100.000,00	15.100.000,00
Prêmios de emissão			
Reservas legais		3.190.062,46	3.190.062,46
Outras reservas		35.049.434,47	35.049.434,47
Reservas não distribuíveis - Concessões		1.307.471,20	1.307.471,20
Resultados transitados		3.439.551,19	20.620,19
Outras variações no capital próprio		24.694.364,54	25.180.853,36
		82.780.883,86	79.848.441,68
Resultado líquido do período		926.134,07	3.418.931,00
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		83.707.017,93	83.267.372,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		490.974,63	490.974,63
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		475.688,56	495.761,41
Passivos por impostos diferidos		546.950,15	527.297,50
Outras Contas a Pagar		7.277.784,31	7.435.652,25
Diferimentos		11.900.863,24	12.090.030,10
		20.692.260,89	21.039.715,89
Passivo corrente			
Fornecedores		759.483,98	1.316.097,16
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		815.792,54	518.320,36
Acionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.704.058,79	2.668.057,38
Diferimentos		3.340.914,43	1.744.513,15
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		7.620.249,74	6.246.988,05
Total do Passivo		28.312.510,63	27.286.703,94
Total do Capital Próprio e do Passivo		112.019.528,56	110.554.076,62

6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid.: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		
		ORÇAMENTO	31-03-2018	31-03-2017
Vendas e Serviços Prestados		4.764.636	4.690.568	4.346.747
Trabalhos para a própria entidade		25.000	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0		0
Fornecimentos e serviços externos		-810.470	-530.833	-597.457
Gastos com o pessoal		-2.249.964	-2.167.025	-2.180.924
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		5.000	-9.638	-20.001
Provisões (aumentos/reduções)		0	0	0
Outros rendimentos e ganhos		420.424	384.863	469.624
Outros gastos e perdas		-262.164	-312.089	-280.811
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.892.462	2.055.846	1.737.177
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.654.620	-1.475.922	-1.470.182
Subsídios ao Investimento		675.757	644.356	641.955
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		913.600	1.224.280	908.950
Juros e rendimentos similares obtidos		2.750	8.902	19.273
Juros e gastos similares suportados		-500	0	0
Resultados antes de impostos		915.850	1.233.181	928.223
Imposto sobre o Rendimento - Corrente		-197.230	-282.477	-207.762
Imposto sobre o Rendimento - Diferido		-21.140	-24.570	-24.880
Resultado Líquido do Período		697.479	926.134	695.581
Resultado líquido do período atribuível a:				
Detentores do capital da empresa-mãe		697.479	926.134	695.581
Interesses Minoritários				
		697.479	926.134	695.581
Resultado por acção básico		0,23	0,31	0,23

7. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS SEE - 2018

No âmbito das Orientações Estratégicas para o Setor Empresarial do Estado, foi definida uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promovam o equilíbrio operacional.

Foi, igualmente definido, que as empresas com EBITDA não negativo deveriam assegurar, no seu conjunto, à melhoria do peso dos gastos operacionais sobre o Volume de Negócios.

À data de 31/03/2018, e quando comparado com o previsto em termos orçamentais, o objetivo de assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios foi atingido, verificando-se uma redução de 10,1 p.p. Quando comparado com o real do mesmo período do ano anterior, verifica-se o cumprimento do objetivo, com uma redução de 9,6 p.p..

Desta forma, apresenta-se, através dos seguintes quadros, o ponto de situação à data de 31/03/2018:

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO MAR/2018	REAL MAR/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	810.470	530.833	-279.637	-34,5%
GASTOS COM PESSOAL	2.249.964	2.167.025	-82.939	-3,7%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	3.060.434	2.697.858	-362.576	-11,8%
VOLUME DE NEGÓCIOS	4.963.916	4.867.746	-96.170	-1,9%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	61,7%	55,4%		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-10,1 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL MAR/2017	REAL MAR/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FORNEC.SERVIÇOS EXTERNOS	597.457	530.833	-66.624	-11,2%
GASTOS COM PESSOAL	2.180.924	2.167.025	-13.899	-0,6%
FSE + GASTOS COM PESSOAL	2.778.381	2.697.858	-80.523	-2,9%
VOLUME DE NEGÓCIOS	4.529.661	4.867.746	338.085	7,5%
PESO DOS GASTOS NO VOLUME NEGÓCIOS (%)	61,3%	55,4%		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	-9,6 p.p.			

No trimestre em análise, e tendo em consideração as toneladas movimentadas, verificou-se uma diminuição dos gastos por tonelada quer quando comparado com o realizado em igual período do ano de 2017 (-1,9 p.p), quer quando comparado com o valor orçamentado para este período (-0,07 p.p).

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	ORÇAMENTO MAR/2018	REAL MAR/2018	DIF. (R-O)	% (R-O)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	3.060.434	2.697.858	-362.576	-11,8%
TONELADAS MOVIMENTADAS	1.787.500	1.688.594	-98.906	-5,5%
GASTOS POR TONELADA	1,71	1,60		
VARIAÇÃO ORÇ/REAL	-0,07 p.p.			

Unid: Euros

GASTOS E PERDAS	REAL MAR/2017	REAL MAR/2018	DIF. (18-17)	% (18-17)
FSE + GASTOS COM PESSOAL	2.778.381	2.697.858	-80.523	-2,9%
TONELADAS MOVIMENTADAS	1.705.973	1.688.594	-17.379	-1,0%
GASTOS POR TONELADA	1,63	1,60		
VARIAÇÃO REAL18/REAL17	- 1,9 p.p.			

8. NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

De acordo com o Ofício Circular n.º 6132 da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 06/08/2010, há que prestar informação sobre a forma de aplicação das normas de contratação pública, especificamente para contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (s/IVA).

No decorrer do 1º trimestre de 2018, a APSS contratualizou a seguinte prestações de serviços, que se enquadra nos parâmetros atrás referidos:

- Adjudicação, em 30/11/2017, à empresa Matos, Fonseca & Associados, Estudos e Projetos, Lda., *para a realização de “Estudo dos valores ecológicos e de conservação da natureza e recursos hídricos, no âmbito do Projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal”*, no montante de 134.900 euros.
O procedimento adotado foi o *Concurso Público*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01/2010.

RELATÓRIO DO 1.º TRIMESTRE DE 2018

DO CONSELHO FISCAL

1. Introdução

No cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, que rege a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA (APSS) e aprovou os respetivos Estatutos, conjugado com o n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e ainda por força do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o regime jurídico do sector público empresarial, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Relatório relativo ao 1.º trimestre de 2018.

O relatório em apreço versa os controlos efetuados, anomalias detetadas e os principais desvios ocorridos, entre os valores executados até ao final do 1.º trimestre de 2018 e os previstos no Plano de Atividades e Orçamento, 2018-2020, datado de 9 de novembro de 2017, objeto de adenda, datada de 7 de março de 2018 e de Errata de 4 de abril de 2018¹, bem como, os verificados no período homólogo de 2017.

O relatório abrange o conjunto de factos ocorridos durante o 1.º trimestre de 2018 e tem por base o Relatório Económico-Financeiro do Conselho de Administração da Sociedade, relativo ao 1.º trimestre de 2018 e o Memorando de Acompanhamento do Revisor Oficial de Contas (ROC) que integra o Conselho Fiscal, datado de 30 de julho, anexo ao presente documento, constituindo parte integrante do mesmo e ainda da análise das atas do Conselho de Administração e nos esclarecimentos prestados pela Sociedade.

2. Atividade desenvolvida e análise da execução orçamental

Relativamente aos factos e resultados atingidos no 1.º trimestre de 2018, evidenciam-se os seguintes aspetos:

¹ Que aguarda aprovação

- O Resultado líquido no final do 1.º trimestre de 2018 atingiu o montante de cerca de 926,1 mil euros, situando-se cerca de 32,8% e 33,1% acima, respetivamente do valor orçamentado e do verificado no período homólogo, correspondente, neste último caso, a uma variação de cerca de +230,5 mil euros;
- As variações ocorridas no resultado líquido refletem, essencialmente, os movimentos verificados no resultado operacional, o qual alcançou, no final do 1.º trimestre, o valor de cerca de 1.224,28 mil euros, superior em cerca de 34% e 34,7%, respetivamente, em relação ao previsto no orçamento e em relação aos valores alcançados no período homólogo;
- A variação positiva significativa constatada no resultado operacional, em relação ao valor atingido no período homólogo fundamenta-se na conjugação do acréscimo dos rendimentos operacionais (no valor de cerca de 271,7 mil euros, cerca de + 5%), em particular, dos decorrentes dos serviços portuários (no valor de cerca de 286 mil euros, +20,4%), associado ao decréscimo nos gastos operacionais (no valor de cerca de -43,6 mil euros, cerca de -1%), no qual se salientam o decréscimo da rubrica de FSE.

Conforme expresso no relatório os indicadores da atividade portuária registaram no trimestre em causa uma pequena variação negativa, comparativamente ao verificado no período homólogo, com exceção do indicador de tonelagem de arqueação bruta (GT). Contudo, tal facto não se repercutiu nos rendimentos obtidos no trimestre em causa na medida em que se verificou um prolongamento da estadia dos navios no porto bem como uma redução dos descontos atribuídos à linha regular.

Regista-se, assim, no trimestre em análise, um acréscimo dos rendimentos operacionais, em particular na rubrica de serviços portuários, não só em resultado do acréscimo das receitas provenientes da TUP navio, mas também de armazenagem em resultado do aumento da movimentação de carga roll-on e roll-off e da recuperação do atraso na emissão de faturação de 2017 devido à implementação da JUPII/FUP.

Para a redução dos Gastos e Perdas na rubrica de FSE contribui, essencialmente, a redução dos gastos com a água bem como a redução dos gastos com conservação e reparação;

- A APSS continua a manter um passivo remunerado nulo, pelo que o resultado financeiro reflete, essencialmente, a variação das remunerações obtidas junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE (IGCP), em resultado da aplicação das suas disponibilidades nesta Agência. Assim, verifica-se que o resultado financeiro no final do 1.º trimestre de 2018 atingiu o montante de cerca de 8,9 mil euros, superior ao orçamentado, embora, abaixo do verificado no período homólogo (-10,4 mil euros, cerca de -53,8%) devido à continua redução das taxas de juro praticadas pelo IGCP, contudo, sem expressão material no resultado líquido alcançado pela Sociedade no período em análise;
- A execução do plano de investimentos, até ao final do 1.º trimestre de 2018, foi de cerca de 288,1 mil euros, correspondente apenas a cerca de 0,9% do orçamentado, com base na utilização somente de recursos próprios, salientando os projetos de *Equipamento de Transporte*, cerca de 66,6 mil euros (aquisição de duas viaturas para a frota automóvel da APSS) e a Reabilitação do Edifício do Mercado de 2ª venda (ex-Lota), cerca de 100 mil euros;

Mais se refere que, no trimestre em análise não se constata qualquer execução no projeto de “Melhoria dos Acessos Marítimos do porto de Setúbal que segunda a APSS é devido ao facto da principal parcela do valor do projeto estar relacionada com a execução das dragagens cujo período de execução está limitado entre outubro de 2018 a maio de 2019, prevendo-se que os estudos, entre outros trabalhos preparatórios, se iniciem a partir do 2.º trimestre de 2018.

- Em termos da estrutura de capitais e comparando com os dados do final do ano de 2017 registam-se variações positivas, quer no ativo, quer no capital próprio, mantendo-se a estrutura equilibrada, verificando-se, ainda, que se mantém dentro da mesma ordem de grandeza os valores dos rácios de solvabilidade (capital próprio/passivo) e de autonomia

financeira (capital próprio/ativo) os quais, no final do 1.º trimestre de 2018 atingiram, respetivamente, de 2,96 e de 75%;

- O Prazo Médio de Pagamentos (PMP) obtido no final do 1.º trimestre de 2018, apurado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, foi de 52 dias, registando um decréscimo de 1 dia, relativamente ao verificado no final do ano transato. O cálculo deste indicador e conforme assinalado em anteriores relatórios não considera a faturação emitida pela empresa Águas do Sado, que a APSS considera indevida, nem o montante de 277 mil euros de faturas não aceites dos anos de 2005 e 2006;
- A APSS, S.A. no trimestre em análise não efetuou novas adjudicações de prestação de serviços superiores a 125 mil euros (s/IVA), registando-se apenas a assinatura do contrato relativamente à adjudicação ocorrida no ano transato de estudos no âmbito do projeto de Melhoria dos Acessos Marítimos ao Porto de Setúbal, no valor de 134,9 mil euros, conforme assinalado no relatório;
- Relativamente às restantes orientações e disposições legais² aplicáveis às empresas do SEE referem-se ainda os seguintes aspetos:
 - i) Constata-se no trimestre em análise um decréscimo dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, comparando os valores alcançados no trimestre com os valores orçamentados e com os realizados no período homólogo;
 - ii) Verifica-se igualmente decréscimos nos gastos com pessoal comparando os valores alcançados no trimestre em causa com os gastos orçamentados e os verificados no período homólogo, embora neste ultimo caso sem expressão material, cerca de -0,6%;
 - iii) Verifica-se uma redução do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, bem como, os associados à frota automóvel, em relação aos valores orçamentados;

² Designadamente, o Decreto-Lei n.º 33/2018 que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018 e que contém algumas disposições aplicáveis à execução do orçamento das empresas públicas não reclassificadas, como é o caso da APSS, salvaguardando-se, contudo, que o mesmo data de 15 de maio, data posterior à data de reporte do relatório económico-financeiro agora em causa e que algumas dessas disposições, designadamente, as relativas a gastos operacionais, têm um referencial comparativo de carácter anual pelo que as análises trimestrais têm carácter meramente indicativo.

- iv) Constatou-se uma redução dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria relativamente aos valores orçamentados;
- v) A APSS manteve a generalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP, permanecendo, apenas, com uma conta bancária aberta junto da banca comercial cujo saldo, a 31 de março de 2018, representava cerca de 0,19% do total de disponibilidades.

3. Conclusão

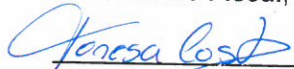
Em suma, conclui-se que o Relatório Económico-Financeiro relativo ao 1.º trimestre de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da APSS, reflete a atividade e o desempenho da empresa no período em causa, com informação detalhada e justificativa das alterações ocorridas, não tendo sido detetadas quaisquer anomalias, salvaguardando-se, contudo, os principais aspetos e considerações evidenciados no Memorando de Acompanhamento do ROC, que integra o Conselho Fiscal, constante do anexo ao presente documento.

A Sociedade evidencia uma estrutura económico financeira equilibrada, constatando-se resultados superiores aos verificados no período homólogo.

Por último uma nota para referir que, pese embora os relatórios trimestrais de execução orçamental reflitam a atividade da empresa, julga-se necessário, neste âmbito, a existência de um Plano de Atividades e Orçamento aprovado, enquanto peça fundamental do processo de planeamento e controle do exercício de autonomia de gestão.

10 de agosto 2018,

O Conselho Fiscal,



Teresa Isabel Carvalho Costa (Presidente)



Sara Alexandra Ribeiro Pereira Simões Duarte Ambrósio (Vogal Efetivo)

Anexo: Memorando de Acompanhamento da SROC (Vogal Efetivo do Conselho Fiscal)

***Administração dos Portos de Setúbal e
Sesimbra, S.A.***

Memorando de Acompanhamento – Primeiro
Trimestre de 2018



Ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração da
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.

Memorando de Acompanhamento – Primeiro Trimestre de 2018

Exmos. Senhores,

Introdução

1 Para efeitos do disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro, procedemos à análise da informação financeira preparada pelo Conselho de Administração da APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., relativa ao primeiro trimestre de 2018, incluída no documento em anexo denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2018”, que inclui, entre outros aspetos, (i) a análise orçamental, (ii) a análise financeira comparativa, (iii) a análise do plano de investimentos e (iv) o programa “pagar a tempo e horas”.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho da Administração da Empresa a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.

3 A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Empresa ao longo do período e na elaboração de um Memorando de Acompanhamento sucinto, com vista à identificação dos principais desvios em relação às previsões, assim como de outras situações que, de um ponto de vista contabilístico ou de controlo interno, entendemos dever realçar.

Âmbito

4 Para a elaboração deste Memorando de Acompanhamento, efetuamos:

- a) O acompanhamento da atividade da Empresa, através da participação em reuniões havidas com o Conselho de Administração e outros responsáveis, e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
- b) A análise da informação financeira relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, incluindo os principais desvios em relação às previsões, os quais se encontram detalhados no documento em anexo preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2018”;
- c) A análise do grau de cumprimento do “Programa pagar a tempo e horas”;

5 Nas circunstâncias, o trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Empresa do período de três meses findo em 31 de março de 2018, nem tão pouco uma revisão limitada às mesmas, de acordo com os normativos de auditoria, mas apenas no acompanhamento da

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20171485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

M4

atividade desenvolvida pela Empresa no período em análise, por forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do Artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 338/98, de 3 de novembro.

Principais aspetos e considerações

6 Neste contexto, e com o objetivo de proporcionar informação sobre o trabalho realizado, resumimos, de seguida, os principais aspetos e considerações decorrentes da análise à execução do orçamento e informação financeira da Empresa do período de três meses findo em 31 de março de 2018, que entendemos dever realçar neste Memorando de Acompanhamento:

6.1. O balanço e a demonstração dos resultados do período de três meses findo em 31 de março de 2018, assim como a evolução dos gastos e rendimentos face ao orçamento e ao período homólogo do exercício anterior encontram-se detalhadas no documento em anexo (capítulos 1 e 2), preparado pelo Conselho de Administração da Empresa, denominado por “Relatório Económico-Financeiro – 1.º Trimestre 2018”.

6.2. A matéria referida na reserva constante na Certificação Legal das Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, datada de 1 de junho de 2018, mantém-se na informação financeira relativa a 31 de março de 2018, nomeadamente:

- o não reconhecimento pela APSS de ativos e passivo, resultantes de um contrato de concessão, o qual prevê o pagamento de uma indemnização pela reversão de determinados bens no final da concessão, por decisão unilateral do concessionário, devido ao facto de ser sua expectativa de que o contrato irá ser prorrogado por um período de tempo que permitirá a amortização integral desses bens. Atendendo a que, ao contrário da expectativa inicial, esta situação não teve evolução durante o exercício de 2017, considerando o contrato atualmente em vigor, os ativos intangíveis (líquidos de amortizações) e as outras dívidas a pagar (não corrente) encontram-se subavaliados em, aproximadamente, 14.100 milhares de euros e 9.700 milhares de euros, respetivamente e os rendimentos a reconhecer e os resultados do exercício subavaliados em 4.050 milhares de euros e 350 milhares de euros, respetivamente;

6.3 Com referência a 31 de março de 2018, no âmbito do “Programa pagar a tempo e horas” e tendo em consideração as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, são os seguintes os prazos médios de pagamento da Empresa (dias):

<u>31.03.18</u>	<u>31.12.17</u>
(2)	(1) e (2)
<u>52</u>	<u>53</u>

(1) Conforme publicado no Relatório e Contas de 2017

(2) Este cálculo não inclui facturas emitidas por terceiros relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no montante de 277 milhares de euros, nem a faturação emitida pela entidade Águas do Sado, relativa a taxas de saneamento.

Ficamos ao dispor para eventuais esclarecimentos adicionais. Entretanto, agradecemos à APSS a amabilidade com que foram recebidos os nossos colaboradores durante a realização do nosso trabalho, apresentamos os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

De V. Exas.
Atentamente

30 de julho de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.